

## **A RE-EXISTÊNCIA CAMPONESA NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DO SUDESTE PARAENSE (1995 – 2004).**

**Michelotti, Fernando – UFPA / LASAT**  
[fm@skorpionet.com.br](mailto:fm@skorpionet.com.br)

**Ribeiro, Beatriz Figueiredo – LASAT**  
[beatrizf.ribeiro@bol.com.br](mailto:beatrizf.ribeiro@bol.com.br)

**Florêncio, Sônia Rampim – LASAT**  
[soraflo@ig.com.br](mailto:soraflo@ig.com.br)

### 1. Política de criação de territórios: o Território do Sudeste Paraense

O atual Governo Federal, por meio de um programa de promoção do desenvolvimento rural e incentivo às políticas agrícolas, agrárias e de segurança alimentar denominado *Vida Digna no Campo*, tem buscado o princípio da articulação e da integração das políticas públicas para o meio rural (crédito, assistência técnica, capacitação, reordenamento agrário, infra-estrutura, serviços e outras). Neste cenário a lógica estratégica foi dada pela abordagem territorial do desenvolvimento, buscando contrapor-se às políticas verticais, generalistas e setoriais que historicamente predominaram no cenário das políticas públicas no Brasil (MDA/ SDT, 2005).

As ações deste Programa estão vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, instância do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Esta Secretaria partiu da definição de territórios tidos como prioritários para o tratamento da questão agrária brasileira. No Estado do Pará, a primeira reunião oficial para a criação dos territórios coordenada pela SDT/MDA, ocorreu em Setembro de 2003 quando foram expostos os objetivos, metas e a importância da participação do poder público municipal e da sociedade civil organizada. A partir desta data foram agendadas reuniões regionais para decidir sobre o limite geográfico dos territórios no nível escalar municipal, bem como, aprofundar conceitos de território e desenvolvimento (Oliveira, 2005) e discutir a viabilização de projetos de desenvolvimento pela linha de crédito PRONAF Infra-Estrutura.

A definição dos municípios do Território do Sudeste do Pará, para atores ligados ao Movimento Sindical na região, levou em consideração dois aspectos principais: i) selecionar um número reduzido de municípios, neste primeiro momento, visando à perspectiva da construção do diálogo interinstitucional; ii) inclusão dos municípios envolvidos diretamente com o *pólo de fruticultura*, sendo esta a principal estratégia no campo produtivo do movimento sindical (Oliveira, 2005). Desta forma o território ficou composto pelos seguintes municípios: Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia<sup>1</sup>.

### 2. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS

#### 2.1. Princípios orientadores da construção do plano territorial

---

<sup>1</sup> Além dessa formulação explicitada pelo movimento sindical, é importante considerar que, essencialmente, a definição dos critérios obedece aos limites do espaço político dos movimentos sociais, materializado na territorialidade das ações do MST concentradas no eixo Eldorado dos Carajás – Parauapebas e na regionalização das ações da FETAGRI nos municípios selecionados.

Uma vez definido os limites do Território, a SDT priorizou a construção de Planos Territoriais de Desenvolvimento. No caso do Sudeste Paraense, a partir das primeiras discussões para a construção do plano<sup>2</sup>, chegou-se a uma reflexão orientadora baseada em Raffestin (1993:153) que trabalha a perspectiva do território a partir da ação/reflexão de um ator social específico, de sua relação com uma porção do espaço e de suas relações de poder frente aos outros atores sociais. Assim, delimitou-se o campesinato como esse ator social prioritário e algumas perguntas complementares para a definição estratégica do Plano: o que se quer com ele? Qual a sua aplicabilidade? Qual a metodologia mais adequada para os objetivos que se quer?

Nesse sentido de definições estratégicas do plano territorial com foco no campesinato, a reflexão levou ao entendimento de que a sua construção e implementação pressupõe 02 níveis de disputa: i) com a agricultura patronal, ou seja, com outros planos e outras fontes de financiamento. Neste sentido o plano deve ser um instrumento de visibilidade e fortalecimento do campesinato nesta disputa macro entre dois projetos antagônicos de desenvolvimento; ii) uma *disputa* interna entre os diferentes movimentos sociais do campo. Nesse caso, apesar dos projetos específicos de cada movimento, o Plano deve identificar princípios comuns entre esses projetos, buscando minimizar as divergências entre os diferentes movimentos, dado que são construtores de um mesmo projeto de desenvolvimento territorial. É central, portanto, o exercício da sistematização das questões já definidas pelos movimentos sociais e organizações sociais parceiras.

Metodologicamente, foram delineados alguns passos para a construção do Plano: i) partir de um diagnóstico do território, identificando as questões prioritárias, a escala de atuação e os responsáveis pela execução e gestão do plano ; ii) garantir um processo de construção participativo ; iii) entender o Plano como um instrumento de sistematização que possibilite a reflexão permanente sobre o desenvolvimento regional.

## 2.2. Território e Plano Territorial

Para Monteiro (2005) existem dois fundamentos da modernização que estão em disputa na Amazônia Oriental: i) o padrão de homogeneização do espaço por meio dos grandes projetos minero-metalúrgicos (ferro, bauxita, manganês, caulim e alumínio), agropecuários (soja, milho e pecuária extensiva) e madeireiro (com destaque para o grande crescimento da produção de carvão vegetal para a fabricação de ferro-gusa) ; ii) o padrão da produção agropecuária e extrativista em pequena escala baseada na lógica da diversificação e da complementaridade das atividades desenvolvidas essencialmente por intermédio da produção familiar camponesa<sup>3</sup>. O sentido estratégico da construção do PTDRS é contribuir para dar visibilidade a esse segundo padrão.

Considerando o recorte das ações da SDT/MDA com foco na agricultura familiar entendemos a presença desta disputa, e sua centralidade, também nas esferas governamentais principalmente no

---

<sup>2</sup> A elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial está sendo coordenada pelo Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins – LASAT, um laboratório de pesquisa-formação-desenvolvimento vinculado à Universidade Federal do Pará com atuação em Marabá. Nessa discussão inicial, além da equipe do LASAT, participou a Equipe de Articulação de ATES do Sul/Sudeste do Pará.

<sup>3</sup> Concordamos com Nascimento (2004: 04) quando toma de empréstimo a diferenciação que faz Bernardo Mançano Fernandes entre agricultura camponesa de agricultura familiar. “Agricultura camponesa são os processos provocados pelas novas formas de luta e organização camponesa. Já, agricultura familiar representa a concepção limitada do Governo em relação ao modelo agrícola que indica, nas entrelinhas, uma agricultura capitalista e que não inclui as ocupações não-agrícolas”.

que diz respeito ao direcionamento dos recursos. Não é objetivo do artigo entrar no mérito deste debate, a questão aqui é ressaltar a delimitação dos objetivos desta Secretaria de Governo que propõe ações restritas visando impulsionar o desenvolvimento do campo pela via da *agricultura familiar*, enquanto outras instâncias do mesmo Governo impulsionam o desenvolvimento do campo via projetos que priorizam a reprodução do capital em detrimento da produção e reprodução camponesa.

O território, palco e ator do desenvolvimento, é entendido aqui, principalmente, segundo as definições de Rafestin (1993) e Fernandes (2005). Para o primeiro, território é uma produção a partir do espaço, produção por causa de todas as relações que envolve e, por isso, está inscrito num campo de poder (Rafestin, 1993: 144). O segundo o define como “espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder” (Fernandes, 2005: 3). Dessa forma a delimitação do espaço e/ou a constituição do território ocorre a partir da intencionalidade das relações sociais, contendo além delas os elementos da natureza, sendo assim o território uma totalidade restringida, constituído de identidade e condicionada “a sua existência assim como a sua destruição pelas relações sociais que dão movimento ao espaço” (Fernandes, 2005: 3).

Essa preocupação com a identidade aparece também em Bourdieu (2000). Para este autor os “critérios objetivos” de uma “identidade regional” são objetos de representações mentais que podem ser determinadas externamente pela simbologia dominante. Ressalta que as relações de forças não são apenas materiais, mas também simbólicas. Essas representações terão maior probabilidade de serem aceitas quanto maior for a “autoridade” (científica, política, etc) em relação ao grupo a que ela se dirige, maior possibilidade de aceitação quanto maior for a “crença” que lhe concedem os membros desse grupo. Assim, são representações firmadas com autoridade, com todo poder simbólico, um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade (consciente ou inconsciente) daqueles que não sabem que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem; um poder que interfere na construção da realidade na medida em que os símbolos são os instrumentos, por excelência, da integração social, da busca de um consenso acerca do sentido do mundo social. Por isso, podem funcionar como instrumentos de dominação.

Por isso, na construção do Plano Territorial deve considerar-se que há uma disputa de intencionalidades na produção do território do Sudeste Paraense, caracterizando-o como um ‘espaço de conflitualidades’ (Fernandes, 2005) ; como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (Souza, 1997: 24), tanto materiais como simbólicas ; como um espaço restringido objetivado por um ator específico e regido pelas conflitualidades.

Frente a essas reflexões, o que é construir um Plano Territorial de Desenvolvimento? Souza (2000: 85-96) alerta para os enfoques estanques de planejamento e gestão e lança mão da categoria *diálogo*, teorizada por Paulo Freire, para fundamentar o enfoque autonomista<sup>4</sup> de planejamento e gestão.

Para este autor, planejar o desenvolvimento implica definir *a priori* quem planeja, o quê e como. Afirma que o Estado não é o único planejador e gestor do desenvolvimento, a sociedade civil “precisa

---

<sup>4</sup> Souza realiza um vasto estudo sobre a idéia de desenvolvimento a partir da expressão de Castoriadis “perspectiva autonomista”. Conceitua-a como “o princípio e parâmetro central para a avaliação de processos e estratégias de mudança sócio-espacial – o que inclui a promoção do desenvolvimento *urbano* (Grifo nosso. Por se tratar de seu estudo de caso) por meio do planejamento e da gestão”.

qualificar-se e organizar-se para elaborar suas propostas e estratégias e lutar para pô-las em prática” (Souza, 2000), em meio às conflitualidades presentes no movimento de produção do espaço ao construir processos de desterritorialização – territorialização – reterritorialização (Haesbaert, 1995).

Neste sentido, planejar e gerir não é um ato que possui um fim em si mesmo, mas deve ter como resultante a deflagração de um processo de reflexão cuja sistematização se materializa num documento que seja orientador de uma estratégia de desenvolvimento da totalidade das relações sociais de um espaço geográfico e/ou território. No entanto, sabe-se que a implementação do Plano não necessariamente segue a trajetória pretendida, pois dependerá exatamente das relações de poder em disputa.

A reflexão deste artigo não se estenderá aos desdobramentos da execução do Plano e menos ainda de sua efetividade. A intenção se limita a seguinte pergunta: qual a correlação de força do campesinato para fazer valer o ‘seu plano’ na construção desse território? Para se buscar uma resposta definiu-se investigar sobre a ‘re-existência’ do campesinato nesse território, condição primeira para a sua existência enquanto sujeito social do desenvolvimento<sup>5</sup>.

### 3. Gênese do Território do Sudeste Paraense

Há certo consenso na literatura de que houve uma ruptura nas formas de ocupação da Amazônia entre fins da década de 1960 e início de 1970, a partir de uma série de políticas governamentais que estimularam uma forte migração para a região. O Sudeste do Pará é um exemplo bastante ilustrativo dessa situação. Por isso, essa região é comumente caracterizada como fronteira.

A compreensão da formação desse território deve levar em consideração essa especificidade. No entanto, a sua mera caracterização como uma fronteira não parece ser suficiente e exige um maior aprofundamento. De maneira resumida serão tratadas duas questões complementares: (i) qual o conceito de fronteira; (ii) como se deu o processo de ocupação dessa fronteira e, sobretudo, qual a inserção do campesinato nesse processo.

Sobre a primeira questão, algumas das contribuições de Oliveira Filho (1979: 110 – 114) para a formulação do conceito de fronteira como modelo de análise teórica de fenômenos históricos-sociais são esclarecedoras. Esse autor afirma, com precisão, de que fronteira não é um objeto empírico real, portanto não é uma região ou uma fase na vida dessa região; ao contrário, fronteira é uma forma de se propor uma investigação.

Essa forma de investigação supõe uma totalidade composta por partes heterogêneas, sendo que cada uma dessas partes não são dotadas naturalmente de características complementares: suas características são criações da instância política. Essa idéia de uma complementaridade natural está na base de uma ideologia igualitária da fronteira reforçada através do ‘mito da fronteira aberta’.

Em que pese à importância dessa construção ideológica para que os indivíduos considerem a migração uma decisão vantajosa, a fronteira vista como articulada à totalidade capitalista existe para aniquilar ou subordinar o pequeno produtor independente (Oliveira Filho, 1979: 110 – 114). Isso pode ser verificado na destruição de sua condição camponesa no local de origem, fundamental para a

---

<sup>5</sup> A idéia de re-existência camponesa foi fortemente inspirada por Gonçalves, 2001. Este autor identifica, a partir de meados da década de 80, o surgimento de vários movimentos sociais de re-existência na Amazônia. “São movimentos de re-existência, posto que não só lutam para resistir contra os que matam e desmatam, mas por uma determinada forma de existência, um modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar.” (Gonçalves, 2001: 130)

criação de um movimento migratório de massa. Ao mesmo tempo essa totalidade fronteira-capitalista desmistifica a idéia de que nas áreas de colonização surgirá uma sociedade com oportunidades iguais e, baseada no pequeno produtor (Oliveira Filho, 1979: 110 – 114).

A segunda questão trata do processo de ocupação dessa fronteira. Uma observação essencial feita por Costa (2000: 201) é de que a fase amazônica nega o padrão anterior de ocupação da fronteira agrícola brasileira. Para esse autor, a ocupação de fronteira agrícola brasileira caracterizou-se pelo contínuo avanço das estruturas camponesas sobre áreas não desbravadas para a agricultura, seguidas depois de décadas pelo fazendeiro que se apropriava da terra “amansada” pelo trabalho camponês para implantar pasto ou plantação, forçando uma nova migração camponesa.

No caso amazônico, Costa (2000) observa a presença concomitante de diferentes atores que disputam o espaço geográfico com os camponeses, os fazendeiros tradicionais desta e de outras regiões, os empreendimentos rurais de empresas industriais, bancárias ou comerciais de outras regiões e as poderosas oligarquias locais. Na região Sudeste do Pará esta disputa foi e ainda é extremamente acirrada e não pode ser desconsiderada na formação desse território.

Sobre a inserção do campesinato no processo de ocupação da fronteira amazônica, em especial na região Sudeste do Pará, Hurtienne (1999: 88) percebe que essa disputa acirrada influenciou a formação de uma forte organização social camponesa, baseada inicialmente sobretudo na ação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Essa organização política camponesa foi bastante importante no processo de ocupações de terra em áreas de antigos castanhais (dominadas pela oligarquia local) e nas novas fazendas em processo de formação (dominadas por fazendeiros tradicionais ou grupos empresarias).

Por outro lado, essa situação de disputa aliada à ausência de uma política de colonização organizada a favor da pequena produção, gerou uma forte instabilidade na posse da terra ocupada pelos camponeses, levando a predominância de sistemas de produção pouco complexos, baseados no corte e queima da floresta para implantação de roças de arroz, precocemente substituídas por pastagens (Hurtienne, 1999). Essa fragilidade dos sistemas de produção pode ser um problema futuro para a estabilização camponesa na terra conquistada.

Portanto, negando o ‘mito da fronteira aberta’ a migração em massa de camponeses para o Sudeste do Pará é resultante da sua ‘destruição’ enquanto camponeses nas regiões de origem; ao mesmo tempo, sua migração não significa necessariamente uma reorganização de sua existência camponesa. Se em outros casos brasileiros houve um período de predominância de pequenos produtores independentes na ocupação da fronteira, reforçando a construção ideológica da fronteira enquanto sociedade de oportunidades iguais, no Sudeste do Pará o projeto político oficial criou as condições de negação da reprodução camponesa imediatamente. No entanto, contrariando o projeto político oficial, o campesinato resistiu à sua destruição, disputando a posse da terra e buscando criar formas de re-existir enquanto tal.

Desse processo, duas questões centrais emergem: (i) qual foi o grau de sucesso do campesinato nessa disputa pela posse da terra; (ii) uma vez bem sucedido na disputa pela terra, há uma possibilidade deste campesinato desenvolver um projeto próprio ou sua existência ficará inexoravelmente ligada a uma subordinação ao capital, seja ele mercantil ou oligopolista?

Costa (2000: 95) com base na observação de outras regiões de fronteira amazônica, sobretudo do Nordeste Paraense, vê a possibilidade de uma autonomia relativa dos camponeses em relação ao capital que os permite lutar contra a subordinação e garantir sua permanência. Constrói esta tese sob um duplo aspecto, econômico e político. Economicamente, a partir da capacidade de inovação demonstrada para intensificar a produção implantando sistemas diversificados com base nas culturas perenes; politicamente, disputando o acesso às políticas públicas que o fortaleçam, como o caso emblemático do crédito (FNO / PRONAF).

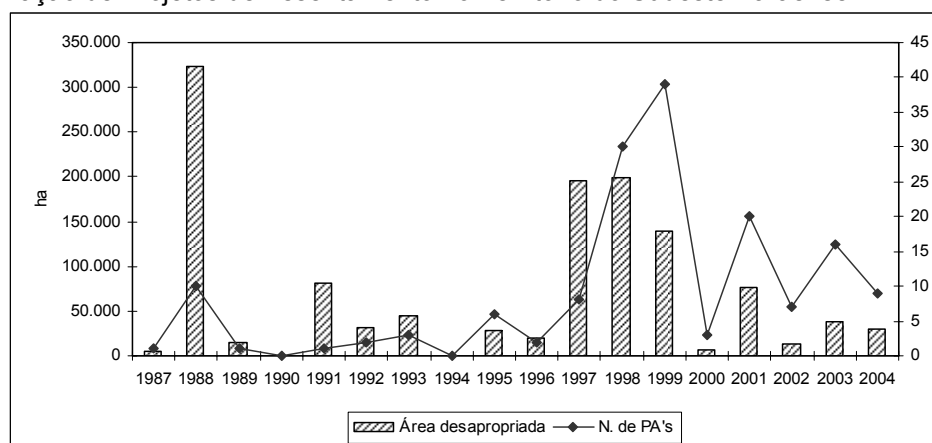
Este trabalho ficará restrito a primeira questão, ou seja, qual foi o grau de sucesso do campesinato na disputa pela posse da terra. No entanto, percebe-se que, independente da conquista da terra, o estabelecimento precoce de sistemas de produção pouco diversificados com forte tendência a 'peculiarização' são riscos consideráveis, pois indicam uma trajetória inicial contrária àquelas que possibilitaram uma estabilização relativa do campesinato em outras fronteiras amazônicas<sup>6</sup>.

#### 4. "Territorialização" da luta pela Terra

De acordo com Fernandes (1999: 26) a conquista de uma fração do território é um trunfo na luta pela construção do próprio território. Do ponto de vista dos movimentos sociais camponeses, a conquista do "assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra" (Fernandes, 1999: 241). Esse processo de conquista de frações do território, ou seja, de assentamentos é configurada pelo autor como a territorialização da luta pela terra.

A partir dessa referência, pode-se dizer que a territorialização da luta pela terra no Território do Sudeste Paraense inicia-se em 1987, com a conquista do PA Castanhal Araras, uma área de 5.058 ha no município de São João do Araguaia. Em 1988, o ano seguinte, essa territorialização toma um impulso mais significativo, com a criação de 10 novos PA's, que correspondem a uma área de 322.887 ha.

Graf. 01: Criação de Projetos de Assentamento no Território do Sudeste Paraense.



Fonte: SIPRA – INCRA/SR 27 (atualizado até 29.12.2004). Org. dos autores.

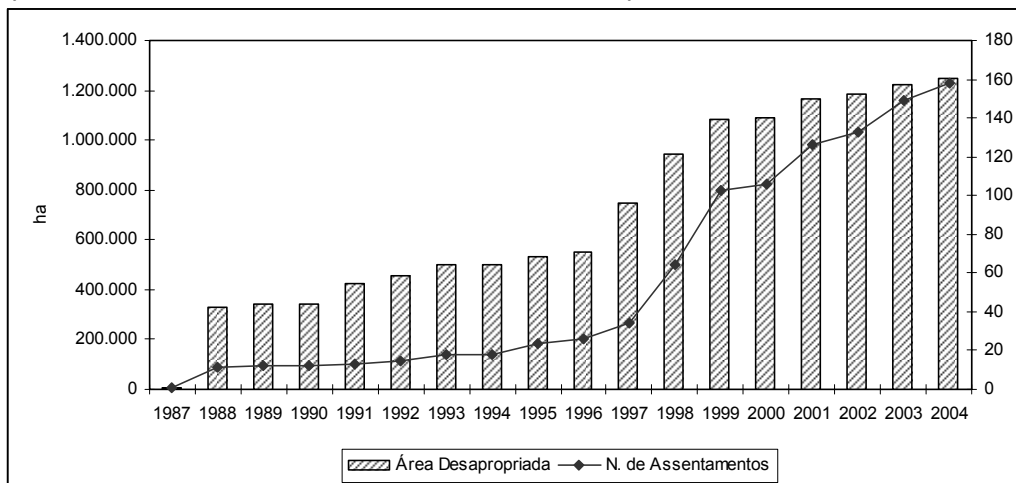
<sup>6</sup> Uma importante referência para essa discussão pode ser encontrada em Oliveira (2004:15-16) que mostra a existência de dois processos distintos e contraditórios vinculados ao desenvolvimento recente da agricultura capitalista no Brasil: a 'territorialização do capital monopolista na agricultura', que expulsa do campo os camponeses e a 'monopolização do território pelo capital monopolista', que abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva, embora busque subordiná-la. Assim, a territorialização camponesa, embora signifique um trunfo em relação ao primeiro processo, não garante, necessariamente, a não subordinação ao capital e a construção de um projeto camponês de desenvolvimento.

Como pode ser observado no gráfico 01, a regularização de ocupações através da criação de Projetos de Assentamento não foi homogênea entre 1987 e 2004. As causas das variações anuais nesse processo são múltiplas e requerem reflexões mais detalhadas que fogem do escopo desse trabalho. De qualquer maneira, esse gráfico permite observar quatro períodos distintos no processo de territorialização da luta pela terra: os anos 1987-88, marcados pelo início da territorialização ; o período entre 1989 e 1996, quando ocorre um refluxo nesse processo ; os anos de 1997 a 1999, com novo impulso na territorialização ; o período de 2000 a 2004, quando mantém-se a criação de assentamentos num ritmo médio relativamente regular em termos numéricos, porém com menor intensidade em relação a área desapropriada.

O que mais interessa do ponto de vista desse artigo são os resultados totais desse processo, ou seja, o que a criação de assentamentos nesses municípios significa enquanto triunfo para os camponeses na construção desse território. O gráfico 02 mostra o significado acumulado, em termos de área e números de assentamentos, desse processo de conquistas de PA's pelos camponeses.

Em termos totais, nesses 18 anos analisados a luta camponesa pela terra converteu em Projetos de Assentamentos uma fração do território correspondente a 1.250.135 ha, distribuídos em 158 diferentes PA's. Para uma melhor compreensão do seu real significado, duas análises complementares serão elaboradas: (i) a confrontação desses resultados com a área ocupada pelo conjunto das atividades agropecuárias no último Censo Agropecuário (1995-96) ; (ii) o dimensionamento dessa fração do território em relação à superfície total e a outras formas de ocupação da terra.

Graf. 02: Criação de Projetos de Assentamentos no Território do Sudeste do Pará: área desapropriada e número de assentamentos acumulados no período 1987 – 2004.



Fonte: SIPRA – INCRA/SR 27 (atualizado até 29.12.2004). Org. dos autores.

Comparando as áreas desapropriadas para a criação de PA's com os dados do último Censo Agropecuário realizado (1995-96) fica mais clara a importância do processo de territorialização da luta pela terra (Tabela 01). Em dezembro de 1995, a área ocupada pelo conjunto dos estabelecimentos agropecuários nesse território era de 1.462.773 ha. Os PA's criados até esse momento somavam uma área total que correspondia a 36,2% desse território. De 1996 a 2004, o campesinato conquistou

mais 719.940 ha, passando a área total ocupada pelos PA's a 1.250.135 ha, ou seja, uma fração de 85,5% da área total identificada pelo Censo Agropecuário em 1995.

Tabela 01: Relevância da área desapropriada para a constituição de Projetos de Assentamento no Território do Sudeste Paraense frente a área agropecuária total.

		Eldorado dos Carajás	Itupiranga	Marabá	Nova Ipixuna*	Parauapebas	S. D. do Araguaia	S. João do Araguaia	Total
Total	ha	132.407	320.201	535.375		270.372	110.827	93.591	1.462.773
	%	100,0	100,0	100,0		100,0	100,0	100,0	100,0
PA's (até 31.12.95)	ha	95.045	186.629	116.029	9.004	91.000	17.572	14.916	530.195
	%	71,8	58,3	21,7		33,7	15,9	15,9	36,2
PA's (até 29.12.04)	ha	190.859	340.023	468.004	45.158	121.631	44.711	39.748	1.250.135
	%	144,1	106,2	87,4		45,0	40,3	42,5	85,5

Fonte: IBGE (Censo agropecuário 1995-96) / INCRA/SR 27 (atualizado até 29.12.2004). Org. dos autores.

\* Município desmembrado de Itupiranga após 1995, por isso não individualizado pelo Censo Agropecuário de 1995-96.

Essa comparação deve ser feita com cuidado, pois não detalha o nível de sucesso do campesinato na disputa pela posse da terra, frente a pelo menos duas questões: (i) a imprecisão do censo agropecuário ao pesquisar os estabelecimentos existentes e suas respectivas áreas, principalmente por se tratar de uma região com muita informalidade na posse da terra, dificultando esse tipo de levantamento ; (ii) o fato de que esses dados não informam a respeito do avanço da área ocupada por outras formas de exploração, bem como pelo próprio campesinato. Por ser um território de fronteira, a percepção da dinâmica agrária deve levar em conta a existência de áreas ainda não ocupadas, bem como um movimento constante de ocupação dessas áreas. Uma comparação mais precisa só poderia ocorrer com levantamentos completos sobre a estrutura fundiária do território ou a realização de um novo Censo Agropecuário.

Uma segunda forma de perceber a importância da territorialização da luta pela terra se dá com a comparação da área ocupada pelos PA's com outras formas de uso da terra. Considerando a área total dos municípios que compõem o Território do Sudeste do Pará a soma das áreas dos PA's criados até dezembro de 2004 corresponde a 33,6% ; as Unidades de Conservação (UC's) correspondem a 14,3% e as Terras / Áreas Indígenas (TI's) a 10,8%. Assim, essas três formas de uso da terra correspondem a 58,8% do Território (vide tabela 02 e mapa 1). A área restante divide-se em áreas devolutas, áreas urbanas, outras formas não agropecuárias (estradas, rios, lagos), fazendas e/ou empreendimentos rurais capitalistas e estabelecimentos camponeses diferentes dos Projetos de Assentamentos, como acampamentos, pequenas propriedades e áreas de posse.

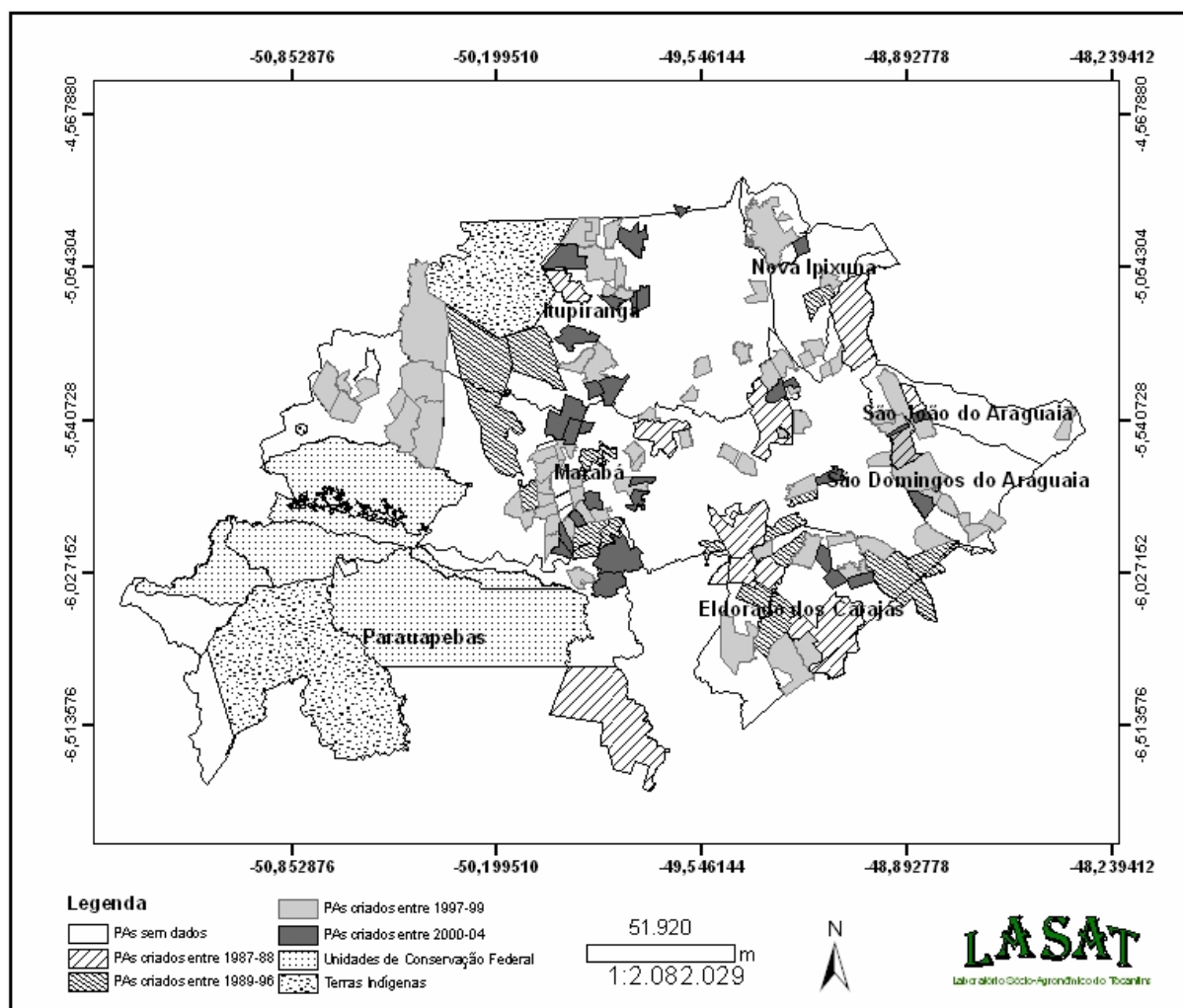
Tabela 02: Área relativa aos Projetos de Assentamento, Terras/Áreas Indígenas e Unidades de Conservação na superfície total do Território do sudeste Paraense.

	PA's (%)	UC's (%)	TI's (%)	Total (%)
Eldorado dos Carajás	64,6	0,0	0,0	64,6
Itupiranga	43,2	0,0	18,1	61,3
Marabá	31,0	15,7	0,0	46,7
Nova Ipixuna	28,2	0,0	0,0	28,2
Parauapebas	17,4	42,2	37,0	96,5
São D. do Araguaia	32,1	0,0	1,1	33,2
São João do Araguaia	31,1	0,0	0,0	31,1
Total	33,6	14,3	10,8	58,8

Fontes: IBGE ; SIPRA ; LASAT. Org. dos autores.



Mapa 1: Territorialização da Luta pela Terra no Território do Sudeste Paraense, 2005.



Fonte: LASAT.

Mesmo frente a essa imprecisão das outras formas de ocupação do território (41,2%), pode-se dizer que a área ocupada pelas formas camponesas, indígenas e pelas unidades de conservação é bastante significativa (58,8%). Essas formas de ocupação podem significar diferentes expressões da territorialização da luta pela terra, pois todas elas significam um claro refluxo na territorialização do capital na terra, com seu padrão predominante de homogeneização do espaço, materializado através da conversão das florestas em pastagens para criação de gado extensivo e, mais recentemente, de conversão das pastagens já desgastadas em áreas de cultivo agrícola mecanizado (milho, soja) e reflorestamento (eucalipto) para a produção de carvão para as siderúrgicas.

## 5. Conclusões

Apesar de não se poder precisar-se a relação entre a área territorializada pelo campesinato e pelo capital, os dados apresentados indicam claramente uma ação bem sucedida na territorialização da luta pela terra. Considerando-se a área diretamente conquistada pelos camponeses, pode-se verificar um aumento expressivo desde o último censo agropecuário que somado a outras formas alternativas

de uso, como as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação significam a maior parte do Território do Sudeste Paraense.

Desde essa análise, pode-se dizer que embora a migração para a fronteira amazônica partiu de um processo amplo de destruição do campesinato no seu local de origem, a organização social e a luta pela terra permitiram que esse campesinato conquistasse frações expressivas do território, re-existindo enquanto camponês e acumulando trunfos. Esse movimento de territorialização do campesinato permite não apenas uma continuidade da disputa pela terra, mas também disputar os rumos do desenvolvimento territorial a partir de um projeto que não subordine, ao contrário, tome como ponto de partida a intencionalidade camponesa.

## 6. Bibliografia

Bourdieu, P. (2000) O Poder Simbólico. Ed. Bertrand Brasil. São Paulo, SP. 331 p.

Costa, F. de A. (2000) Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. NAEA – UFPA. Belém, PA. 355 p.

Fernandes, B.M. (1999) MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo. Ed. Hucitec. São Paulo, SP. 285 p.

\_\_\_\_ (2005) Movimentos Socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Mimeo. 9p.

Gonçalves, C. W. P. (2001). Amazônia, Amazôniaas. Ed. Contexto. São Paulo, SP. 178 p.

Haesbaert, R. (1995) Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Geografia: Conceitos e Temas. Castro, I. et al. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, RJ, p.165-206.

Hurtienne, T. (1999) Agricultura Familiar na Amazônia Oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa sócio-econômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agro-ecológicas diversas. Novos Cadernos NAEA, vol. 2, nº 1. Junho de 1999. Belém, PA. 75 – 94 p.

MDA/SDT (Junho/ 2005) Gestão Social do Desenvolvimento Territorial. Território e sua importância para o desenvolvimento territorial. Mimeo. 32p.

Monteiro, M. (2005) Desenvolvimento do Campo. In: II Conferência Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará. Conferência de abertura. UFPA. Marabá, PA.

Nascimento, C.G. (2005) Educação, Cidadania e Políticas Sociais: A Luta pela Educação Básica do Campo em Goiás. Mimeo. 17p.

Oliveira, A. U. de. (2004) Barbárie e Modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. Texto apresentado no XII Encontro Nacional do MST. Mimeo. São Miguel do Iguaçu, PR. 54 p.

Oliveira, D. (2005). Memória. Resumo das discussões que envolvem a Secretaria de Desenvolvimento Territorial na Região Sudeste do Pará. Mimeo. 7p.

Oliveira Filho, J. P. (1979) O caboclo e o bravo: notas sobre duas modalidades da força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: Encontros com a Civilização Brasileira. Volume 11. 101 – 140 p.

Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente (2002) Vida Digna no Campo. Desenvolvimento Rural, Política Agrícola, Agrária e de Segurança Alimentar. 28p.

Raffestin, C. (1993) Por uma Geografia do Poder. Série Temas, volume 29/ Geografia e política.

Souza, M. L. (1997) Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: LAGET/UFRJ. Revista Território. Rio de Janeiro: Garamond, ano II, nº3, jul-dez, 13-35.

\_\_\_\_\_ (2000) O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. In: LAGET/UFRJ. Revista Território. Rio de Janeiro : LAGET/UFRJ, ano V, nº8, jan-jun, 65-99p.